

ANTONIO DIEGO S. FARIAS [Alterar vínculo](#)

Semestre atual: 2017.2

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - PAU DOS FERROS (11.01.36.12.06)

**PORTAL DO DOCENTE > VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

 [Visualizar Arquivo](#)
 [Visualizar Plano de Trabalho](#)
 [Visualizar Ação Vinculada](#)

**DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO****DADOS GERAIS**

<b>Código:</b> PJxxx-2018	<b>Título:</b> PONTES DE MEDIAÇÃO: A relação entre a unidade e a singularidade.	<b>Período:</b> 19/02/2018 a 19/11/2018	<b>Categoria:</b> PROJETO
<b>Ano:</b> 2018	<b>Unidade Proponente:</b> DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS / UFRSA	<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Outras Unidades Envolvidas:</b> . OUVIDORIA / UFRSA
<b>Abrangência:</b> Local	<b>Área do CNPq:</b> Outra	<b>Área Principal:</b> COMUNICAÇÃO	<b>Grupo Permanente de Arte e Cultura:</b> NÃO
<b>Tipo de Cadastro:</b> SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA	<b>Convênio FGD:</b> NÃO	<b>Público Alvo Interno:</b> 400	<b>Faz parte de Programa de Extensão?</b> NÃO 
<b>Fonte de Financiamento:</b> AÇÃO AUTO-FINANCIADA	<b>Renovação:</b> NÃO	<b>Público Alvo Externo:</b> 200	<b>Público Real Atingido:</b> Não informado 
<b>Linha de Atuação:</b>	<b>Nº Bolsas Solicitadas:</b> 0	<b>Nº Bolsas Concedidas:</b> 0	
<b>Público Alvo Interno:</b> Servidores docentes, servidores técnicos e estudantes	<b>Público Alvo Externo:</b> Comunidade geral	<b>Público Estimado Interno:</b> 400 pessoas	<b>Público Estimado Externo:</b> 200 pessoas
<b>Situação:</b> AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS			

**MUNICÍPIO REALIZAÇÃO**

&lt;&lt; Voltar

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Rio Grande do Norte	MOSSORÓ		

#### DETALHES DA AÇÃO

##### Resumo:

O projeto "Pontes de Mediação: A relação entre a unidade e a pluralidade" é fruto de uma parceria entre a Comissão de Ética Profissional e Ouvidoria, ambas da UFERSA. A proposta é proporcionar o diálogo entre aqueles que compõem/fazem parte da unidade: Professores, técnicos, estudantes e comunidade geral (pluralidade). O ambiente acadêmico, visto a multiplicidade de relações, carece de maiores diálogos sobre os conflitos existentes (e os que podem existir). Dessa forma, mais que uma função repressiva, é fundamental que a Comissão de Ética Profissional e Ouvidoria mantenham uma aproximação constante com todos que compõem essa pluralidade, desempenhando outras funções: Educativa, informativa, consultiva e mediadora. Para isso, serão estabelecidas "pontes" entre todos (professores, técnicos, estudantes, comunidade) em todos os campi da UFERSA (Mossoró, Caraúbas, Pau dos Ferros e Angicos). Além de encontros periódicos, serão oferecidos cursos/palestras e discutidas/analizadas as propostas oferecidas). O campo educativo, preventivo, mediador é crucial para fortalecer um ambiente mais saudável, produtivo e ético.

##### Justificativa:

Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura. (Decreto 1.171/94, Anexo, XVI). À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público. (Decreto 1.171/94, Anexo, XVIII). Além disso, são funções técnicas da Comissão de Ética: Educativa, consultiva, conciliadora/mediadora e repressiva. Visto a multiplicidade de relações existentes no âmbito da universidade, o projeto visa o diálogo plural e a busca de soluções aos mais diversos conflitos que existam (ou venham a existir).

##### Fundamentação Teórica:

A ideia dos meios consensuais de solução de conflitos não é nova. A mediação foi sempre elemento importante em matéria de solução de conflitos. Entretanto, há um novo elemento consistente em que as sociedades modernas descobriram novas razões para preferir tais alternativas. É importante acentuar que essas novas razões incluem a própria essência do movimento de acesso à Justiça, a saber, o fato de que o processo judicial agora é, ou deveria ser, acessível a segmentos cada vez maiores da população, aliás, ao menos teoricamente, a toda a população. Esse é sem dúvida o preço do acesso à Justiça, o qual é o preço da própria democracia: um preço que as sociedades avançadas devem sentir-se inseridas (CAPPELLETTI, in WALD, 2014, p. 289). Os mecanismos consensuais de solução de conflitos (mediação e conciliação) são capazes de produzir resultados que, longe de serem de "segunda opção", são melhores, até qualitativamente, do que os resultados do processo contencioso, visto o longo, extenso e incerto caminho a ser seguido por tal processo. A melhor ilustração é ministrada pelos casos em que o conflito não passa de um episódio em relação complexa e permanente; aí, a justiça conciliatória, ou – conforme se lhe poderia chamar – a justiça reparadora tem a possibilidade de preservar a relação, tratando o episódio litigioso antes como perturbação temporária do que como uma ruptura definitiva daquela; isso, além do fato de que tal procedimento costuma ser mais acessível, mais rápido e informal, menos dispendioso, e os próprios julgadores podem ter melhor conhecimento do ambiente em que o episódio surgiu e mostrar-se mais capazes e mais desejosos de compreender o drama das partes (CAPPELLETTI, in WALD, 2014, p. 292). Para Enrique Saraiva (2007, p.35), política pública seria o fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões essas condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A tarefa de estabelecer política pública de tratamento dos conflitos de interesses transcende ao Poder Judiciário, pois é de responsabilidade de todos que acabem, direta ou indiretamente, relacionados com os conflitos. À universidade cabe, também, o papel de mediar e conciliar, mecanismos adequados de solução de conflitos. É nesse ínterim que se acentua a necessidade de uma política múltipla de engajamento e propagação dos meios consensuais de solução de conflitos. Nessa seara, a Comissão de Ética e a Ouvidoria passam a desempenhar um importante papel, ao desenvolverem um projeto que se enquadra na política de diálogo e consensualização de conflitos – Pontes de Mediação: A relação entre a unidade e a pluralidade.

<< Voltar

**Metodologia:**

O projeto será desenvolvido em dois momentos distintos. O primeiro será direcionado aos encontros, reuniões com os docentes, técnicos e estudantes. Serão organizados eventos sobre temáticas diversas. O segundo será a discussão de propostas e ideias que possam fortalecer e enriquecer a boa relação e o ambiente saudável entre todos que compõe a universidade.

**Referências:**

AGUIAR, Roberto A. R. de. Habilidades. Ensino Jurídico e Contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2002. EGGGER, Ildemar. A mediação como instrumento de fraternidade. In VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Olga Maria Boshi Aguiar. Direito e Fraternidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. GRINOVER, Ada Pellegrini. Projeto de lei sobre mediação e outros meios de pacificação. São Paulo: DPJ, 2006. \_\_\_\_\_. Os fundamentos da Justiça conciliativa. Revista de Arbitragem e Mediação, n.14, jul-set 2007, p.16-21. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. \_\_\_\_\_. Acesso à Justiça: Condicionantes legítimas e ilegítimas. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução à Sociologia da Administração da Justiça, in José Geraldo de Sousa Júnior; Roberto A. R. de Aguiar (orgs.). Introdução Crítica ao Direito do Trabalho. Série O Direito Achado na Rua, vol. 2. Brasília: CEAD/NEP, 1993. \_\_\_\_\_. A Universidade no Século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. SARAIVA, Enrique. Políticas Públicas. Coletânea Vol.1. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2007. SILVA, Eduardo Silva da. Meios complementares de acesso à Justiça: Fundamentos para uma teoria geral. Revista Processo e Constituição. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n.1, dez. 2004, p. 163-192. SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua e experiências populares emancipatórias de criação do Direito. Brasília: UnB, 2009. [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1401/1/TESE\\_2008\\_JoseGeraldoSJunior.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1401/1/TESE_2008_JoseGeraldoSJunior.pdf) Acesso em 04.03.2016.

**Objetivos Gerais:**

1. Gerar uma maior atuação da Comissão de Ética Profissional e Ouvidoria. 2. Proporcionar o diálogo entre todos que compõem a unidade: Docentes, técnicos, estudantes e comunidade geral (pluralidade). 3. Buscar caminhos e soluções para os conflitos. 4. Proporcionar a iniciação de outras iniciativas no campo educativo e informativo.

**Resultados Esperados**

1. Maior publicidade e informação no ambiente universitário. 2. Abertura ao diálogo e a utilização de técnicas de solução de conflitos. 3. Proporcionar um ambiente saudável, tolerante, respeitoso, produtivo e ético.

**CONTATO**

JOSE ALBENES  
**Coordenação:** BEZERRA  
 JUNIOR

**E-mail:** [albenes.junior@ufersa.edu.br](mailto:albenes.junior@ufersa.edu.br)

**Telefone:**

**MEMBROS DA EQUIPE**

Nome	Categoria	Função	Departamento	Início	Fim
Nome	Categoria	Função	Departamento	Início	Fim
CLAUDIA ALVES DE SOUSA MUNIZ	DOCENTE	Membro	DECEM	19/02/2018	19/11/2018
JOSE ALBENES BEZERRA JUNIOR	DOCENTE	Coordenador	DCSA	19/02/2018	19/11/2018
JOSEMIR DE SOUZA GONCALVES	DOCENTE	Membro	DCA	19/02/2018	19/11/2018
MARIA TAYNARA FERREIRA BEZERRA	SERVIDOR	Membro	OUVIDORIA	19/02/2018	19/11/2018
ANTONIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO	SERVIDOR	Membro	CCSAH	19/02/2018	19/11/2018
WENDSON MAX SILVINO	SERVIDOR	Membro	PROGRAD	19/02/2018	19/11/2018
ANTONIO WILTON DE MORAIS JUNIOR	SERVIDOR	Vice-Coordenador	OUVIDORIA	19/02/2018	19/11/2018

**PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

[Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão](#)

**DISCENTES COM PLANOS DE TRABALHO**

<< Voltar

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
Discentes não informados				
<b>AÇÕES VINCULADAS AO PROJETO</b>				
<b>Código - Título</b>			<b>Tipo</b>	
Não há ações vinculadas				
<b>AÇÕES DAS QUAIS O PROJETO FAZ PARTE</b>				
Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão				
<b>OBJETIVOS / RESULTADOS ESPERADOS</b>				
<b>Objetivos</b>			<b>Quantitativos Qualitativos</b>	
Proporcionar uma maior aproximação da Comissão de Ética Profissional e Ouvidoria com todos que compõem a universidade: Professores, técnicos, alunos e comunidade geral.				
<b>CRONOGRAMA</b>				
<b>Descrição das atividades desenvolvidas</b>			<b>Período</b>	
Planejamento e reuniões			19/02/2018 a 19/11/2018	
<b>CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO SOLICITADO</b>				
<b>Descrição</b>	<b>PROEC (Interno)</b>	<b>FGD</b>	<b>Outros (Externo)</b>	<b>Total Rubrica</b>
Não há itens de despesas cadastrados				
<b>ORÇAMENTO APROVADO</b>				
<b>Descrição</b>				<b>PROEC (Interno)</b>
Não há itens de despesas cadastrados				
<b>LISTA DE FOTOS</b>				
<b>Foto</b>	<b>Descrição</b>			
	Arte do Projeto			
	<b>Descrição</b>			
<b>LISTA DE DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA</b>				

<< Voltar

<b>Autorização</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data/Hora Análise</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Autorizado</b>
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - PAU DOS FERROS			-	NÃO ANALISADO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS			-	NÃO ANALISADO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ANIMAIS			-	NÃO ANALISADO
OUVIDORIA			-	NÃO ANALISADO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS			-	NÃO ANALISADO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO			-	NÃO ANALISADO

**MINI ATIVIDADES**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data de Início</b>	<b>Data de Término</b>	<b>Local</b>	<b>Horário</b>
---------------	-------------	---------------------------	----------------------------	--------------	----------------

**ALTERAÇÃO PERÍODO REALIZAÇÃO**

<b>Motivo</b>	<b>Arquivo</b>
---------------	----------------

**HISTÓRICO DO PROJETO**

<b>Data/Hora</b>	<b>Situação</b>
17/01/2018 12:41:41	CADASTRO EM ANDAMENTO
18/01/2018 16:53:05	AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS

[<< Voltar](#)

**Portal do Docente**